



Ministério da Fazenda
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil – 8ª Região Fiscal
Alfândega da Receita Federal do Brasil em São Paulo
Serviço de Programação e Logística

Termo de Referência Apêndice 1 - ESTUDOS PRELIMINARES

INTRODUÇÃO

A) DIRETRIZES DA CONTRATAÇÃO

O presente documento é elaborado em atendimento às disposições contidas na Instrução Normativa nº 40, de 22 de maio de 2020, expedida pelo Secretário de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MPOG).

O presente Estudo Preliminar tem por objetivo a contratação de pessoa jurídica especializada para a prestação de Serviço Comum de Engenharia objetivando a adequação, com mão de obra e materiais, do sistema de combate a incêndio do DMA/Ipiranga (Depósito de Mercadorias Apreendidas, situado no bairro do Ipiranga, em São Paulo/SP). A fundamentação técnica da contratação está baseada no Projeto Básico (*1), notadamente em seu memorial descritivo. Este memorial visa complementar as informações do projeto básico de proteção e combate a incêndio, aprovado com o número 141601/3550308/2019 pelo corpo de bombeiros do estado de São Paulo. Também faz parte do escopo do memorial apresentar as justificativas das medidas adotadas no projeto e fornecer uma descrição do funcionamento de cada sistema, de modo a fomentar a instalação e fornecimento de material e mão de obra, atendendo os descritos nas normas e legislações vigentes. Instalação de sistemas de combate a incêndio são caracterizados como “serviços de engenharia”, conforme definição do Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas (IBRAOP) em sua ORIENTAÇÃO TÉCNICA OT - IBR 002/2009.

Em suma, o objeto da licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de Serviços de elaboração de projeto executivo, instalação de novos sistemas e execução de adequações de instalações existentes para o Sistema Combate a Incêndio do DMA/Ipiranga. (Depósito de Mercadorias Apreendidas situado no bairro do Ipiranga, em São Paulo/SP), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

Estes estudos preliminares servirão de diretriz para a continuidade dos trabalhos, em consonância com a IN 40/2020 e o Decreto nº 9.507/2018.

(*1) Estaremos usando o termo “Projeto Básico” para nos referirmos ao conjunto de documentos técnicos fornecidos pelas empresas especializadas e futuramente disponibilizados junto com o edital, descrevendo materiais, serviços, planilhas orçamentárias e outros elementos que embasarão o projeto executivo e as adequações do sistema de incêndio, objetos da presente contratação.

B) CARACTERÍSTICAS DO DMA/IPIRANGA – ASPECTOS OPERACIONAIS E FINANCEIROS

No desempenho de suas funções, a Alfândega da Receita Federal do Brasil em São Paulo procede constantes apreensões de mercadorias, conforme Decreto Lei 1455, de 1976, ficando responsável pela sua guarda e pela execução das destinações dessas mercadorias, sendo o DMA/Ipiranga a instalação designada para esse fim.

Além das apreensões realizadas pela Alfândega de São Paulo, este órgão ainda pode abrigar apreensões realizadas por outras unidades da RFB que venham a precisar momentaneamente de espaço para suas apreensões, tendo visto que a unidade DMA dispõe de uma área de cerca de 21.000m² destinados à guarda de mercadorias diversas.

A dinâmica de recebimentos e saídas de mercadorias é constante; sendo que as saídas são devido a doações, incorporações, leilões e destruições, atividades que envolvem várias equipes desde a conferência, triagem,



Ministério da Fazenda
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil – 8ª Região Fiscal
Alfândega da Receita Federal do Brasil em São Paulo
Serviço de Programação e Logística

embalagem, paletização, despaletização, carga e descarga, limpeza e organização e todas as atividades, procedimentos e tarefas relativas à guarda e conservação das mercadorias.

Além da atividade de suporte à repressão do contrabando, descaminho e contrafação, a Alfândega da Receita Federal de São Paulo também depende deste serviço para suprir a demanda dos leilões de mercadorias apreendidas, os quais acabam contribuindo com a arrecadação aos cofres públicos. Além da arrecadação direta, tem-se também a lista de incorporações executadas todos os anos, fazendo com que a União deixe de desembolsar um valor considerável para adquirir tais bens, assim realizando uma grande economia de gastos. Pretende-se com essas informações salientar que o DMA também contribui indiretamente com as finanças do órgão, mesmo não sendo essa sua atividade principal.

Cabe à Receita Federal zelar pela manutenção das condições em que cada mercadoria chegou até o depósito, até o momento de sua destinação, seja ela qual for. Justifica-se a necessidade da contratação, pois trata-se de atividade essencial na área de repressão ao contrabando e descaminho, na qual tem-se que lidar com mercadorias, as quais demandam maior grau de segurança em seu controle. Ou seja, o depósito de mercadorias apreendidas é um local em que a segurança e a organização das atividades devem ser bem administradas, exigindo da Administração Pública uma dedicação de tempo elevada e uma visão diferente de gestão e logística da que vivenciamos nos escritórios da Receita Federal.

Também é relevante a quantidade de pessoas que trabalham de forma fixa no DMA, ou comparecem eventualmente ao estabelecimento. Com dados de 2020, temos que a média de pessoas que trabalham regularmente no DMA é de aproximadamente 30 servidores da Receita, mais 60 funcionários terceirizados. Quanto ao aspecto de pessoas comparecendo eventualmente no local, seja para entrega de apreensões, leilões ou outras atividades, em 2020 o DMA contou com 585 visitas no ano – e isso levando em consideração que, devido à pandemia naquele ano, ocorreram apenas 2 leilões e deveriam ter ocorrido 3 ou mais.

Por ser atividade que demanda longo período de dedicação, um número considerável de pessoas envolvidas na gestão, e vários elementos envolvidos na dinâmica de atividades, todos eles interferindo na segurança do local, um sistema de combate a incêndio eficaz se apresenta como elemento indispensável a estar presente na estrutura do DMA/Ipiranga.

C) Estimativa de pontos para o sistema de incêndio a instalar: aproximadamente 3.800 sprinklers.

1. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (Art. 7, I da IN 40/2020)

Trata-se de contratação indispensável para o bom andamento dos serviços do DMA/Ipiranga, conforme explicitado a seguir.

A necessidade da readequação do sistema de prevenção e combate a incêndio do Depósito de Mercadorias Apreendidas do Ipiranga surgiu da constatação de diversos vazamentos, na rede hidráulica subterrânea de alimentação dos hidrantes, que impedem o adequado funcionamento do sistema, e tem-se constatado dificuldade em encontrar locais autorizados para adequada manutenção do sistema eletrônico associado ao sistema de incêndio.

Diante dos problemas apresentados, foi contratada uma empresa (SF SISTEMAS CONTRA INCÊNDIO) para elaboração de um laudo técnico, para apontar a necessidade ou não da reformulação da rede de hidrantes, do sistema de alarmes e do reservatório aquífero associado.

Confirmados pelo laudo, os diversos problemas levantados anteriormente, foi feita uma reunião no Gabinete da ALF/SPO, e posterior constituição de uma Comissão, para se buscar uma solução adequada para o problema tendo em vista proteger a vida dos ocupantes da edificação e áreas de risco em caso de incêndio; dificultar a propagação do incêndio, reduzindo danos ao meio ambiente e ao patrimônio público; proteger as mercadorias e veículos armazenados no local; proporcionar meios de controle e extinção do incêndio; dar condições de acesso para as operações do Corpo de Bombeiros; e proporcionar a continuidade dos serviços na edificação.



Ministério da Fazenda
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil – 8ª Região Fiscal
Alfândega da Receita Federal do Brasil em São Paulo
Serviço de Programação e Logística

Como resultado, através de processo administrativo, foi contratado, executado e recebido o Projeto Básico de Adequação do Sistema de Prevenção e Combate a Incêndio da Alfândega como um todo (Prédio administrativo e DMA). Este projeto já consta com a aprovação junto ao Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo (Nº 141601/3550308/2019), que é a referência para a necessidade desta contratação.

Entretanto, após o recebimento deste projeto, para dar mais segurança e minimizar possíveis entraves à futura contratação da intervenção necessária, apresentou-se como procedimento adequado detalhar melhor as partes da fundação e do reservatório de água com 656 m³ de capacidade da reserva de incêndio para o sistema de sprinkler previsto no projeto. Disto originou-se a contratação, através de novo processo administrativo, de um do projeto básico complementar da fundação, base e especificação do reservatório metálico apoiado de 656 m³ de capacidade. Este projeto acessório também está anexo a esta contratação.

Concluindo, necessita-se agora a contratação de empresa especializada para elaboração de projeto executivo, e execução das obras de adequações do Sistema de Prevenção e Combate a Incêndio das instalações do DMA/Ipiranga.

2. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (Art. 7, II da IN 40/2020)

Os serviços a serem executados serão contratados de forma indireta, por meio de procedimento licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, observando os dispositivos legais, notadamente o Decreto nº 10.024/2019, a Lei n.º 8.666, de 21.06.1993, assim como as demais normas legais e regulamentares.

2.1. Os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

- 2.1.1. Prestação de serviço de natureza não continuada, uma vez que impõe ao contratado o dever de realizar a prestação de um serviço específico em um período predeterminado, podendo ser prorrogado, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto, observadas as hipóteses previstas no § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993;
- 2.1.2. Declaração, contida na proposta final do licitante declarado vencedor, de que o mesmo tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço e que concorda com todos os termos do Edital de Licitação e seus anexos;
- 2.1.3. A CONTRATADA deverá fornecer os insumos necessários para a execução dos serviços, bem como disponibilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 2.1.4. Os profissionais a contratar devem ser adequadamente habilitados, pois sistemas de combate a incêndio são itens de segurança também patrimonial, mas principalmente de pessoas, e não se pode colocar a segurança de pessoas a cargo de profissionais não adequadamente habilitados. É sabido que toda atividade profissional está ligada a uma curva de aprendizado, e profissionais em um ponto mais elevado desta curva podem fornecer resultados com melhor qualidade e em menor tempo, já que em uma dada situação, em vez de tentarem uma solução a ser testada, podem recorrer a soluções anteriores bem-sucedidas. Nota-se então que uma adequada experiência profissional, ao reduzir a margem de erros, pode beneficiar a segurança do resultado final.



Ministério da Fazenda
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil – 8ª Região Fiscal
Alfândega da Receita Federal do Brasil em São Paulo
Serviço de Programação e Logística

- 2.1.5. A duração estimada do empreendimento é de cerca de 20 meses, e a solução deverá funcionar de forma integrada, e sob responsabilidade técnica única. Ou seja, embora o sistema seja composto, dentre outros, de reservatório de água, bombas, detectores, sistemas de alarme, encanamentos, sprinklers, somente o funcionamento integrado e harmonioso do conjunto (e não das partes isoladamente) pode garantir de forma eficiente que um princípio de incêndio seja debelado – uma única parte com mal funcionamento compromete o resultado de todo o conjunto. A fim de atender o objetivo pretendido, a Administração está contratando uma solução unificada, executada debaixo de uma responsabilidade técnica também única.
- 2.1.6. Assim, consoante entendimento do TCU, tencionamos exigir da empresa executante a comprovação da capacidade técnico-profissional através de quantitativos razoáveis de instalações executadas anteriormente em sistemas correlatos (conforme recomendação da empresa responsável pelo Projeto Básico). Essa experiência deverá versar sobre sistemas integrados de combate a incêndio, similar ao da presente contratação, sendo que experiência só em partes do sistema não atende nossa necessidade, pelos motivos já expostos.
- 2.1.7. A Contratada deverá também apresentar registro no CREA/CAU e possuir Engenheiro/Arquiteto responsável em sua equipe.
- 2.1.8. A garantia dos serviços será integral sobre todas as partes do equipamento ofertado.
- 2.1.9. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA, bem como de eventual subcontratação, encontram-se previstas na documentação editalícia.
- 2.1.10. DA HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA
- 2.1.10.1. A fim de evitar que empresas em condições frágeis sejam contratadas e não tenham meios de arcar com as obrigações assumidas perante a Administração, a licitante deverá apresentar toda a documentação pertinente a contratação do objeto, referente à habilitação econômico-financeira permitida na Lei 8.666/93 e prevista na IN SEGES 05/2017.
- 2.1.11. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA
- 2.1.11.1. Apresentação de registro ou inscrição da empresa licitante junto ao conselho da categoria profissional correspondente (CREA ou CAU) da região da sede da empresa, em plena validade, conforme as áreas de atuação previstas no objeto desta ETP e com indicação de objeto social compatível;
- 2.1.11.2. Apresentação de atestados de capacidade técnico-operacional e capacidade técnico-profissional, indicados mais abaixo;
- 2.1.11.3. Apresentação de registro ou inscrição do(s) responsável(is) técnico(s) no conselho da categoria profissional correspondente (CREA ou CAU) da região da sede da empresa, em plena validade.



Ministério da Fazenda
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil – 8ª Região Fiscal
Alfândega da Receita Federal do Brasil em São Paulo
Serviço de Programação e Logística

2.1.11.4. Apresentação de declaração da licitante de que possui suporte técnico/administrativo, aparelhamento, instalações e condições adequadas, bem como pessoal qualificado e treinado, disponíveis para a execução dos serviços objeto desta licitação, dentro do prazo previsto no Cronograma Físico-Financeiro;

2.1.11.5. Indicação do Responsável Técnico pela execução da obra;

2.1.11.6. DA CAPACIDADE TÉCNICA OPERACIONAL

2.1.11.6.1. Comprovação de que a empresa licitante executou serviço de engenharia de características semelhantes ao objeto da licitação. A comprovação será feita por meio de apresentação de Atestado de Capacidade Técnica em nome da licitante, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, com a identificação do declarante e de sua habilitação perante o Sistema CREA/CAU, onde fique comprovado que o licitante executou serviços de:

1. Execução de instalações de Sistema de Prevenção e Combate a Incêndio, tendo como características mínimas a instalação em estado funcional de pelo menos 1.000 bicos de sprinklers com pelo menos 1 Válvula de Governo (não se admitindo nesse caso somatório de atestados menores, já que a complexidade de vários sistemas menores não equivale à complexidade unificada de um sistema maior, devido à maior necessidade de integrar harmoniosamente grande número de componentes em um sistema funcional único), executado em um galpão logístico, armazém industrial, depósito industrial ou edificação similar voltada para armazenamento e movimentação de mercadorias;

2.1.11.6.2. Deverão constar do(s) atestado(s) de capacidade técnica os seguintes dados: nome do CONTRATANTE e do contratado, data de início e término dos serviços; local de execução; especificações técnicas dos serviços e os quantitativos executados; e informação sobre o bom desempenho dos serviços;

2.1.11.6.3. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 da IN SEGES/MPDG n. 5, de 2017;

2.1.11.6.4. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

2.1.11.7. DA CAPACIDADE TÉCNICA PROFISSIONAL

2.1.11.7.1. Comprovação, através de apresentação, de que o licitante possui em seu quadro permanente profissional devidamente reconhecido pelo CREA ou pelo CAU, de nível superior, que será o responsável técnico, e que seja detentor de no mínimo 1 (uma) Certidão de Acervo Técnico (CAT) por execução de serviços de características



Ministério da Fazenda
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil – 8ª Região Fiscal
Alfândega da Receita Federal do Brasil em São Paulo
Serviço de Programação e Logística

semelhantes ao objeto da presente licitação, considerando-se as parcelas de maior relevância a seguir definidas:

1. Execução de instalações de Sistema de Prevenção e Combate a Incêndio, tendo como características mínimas a instalação em estado funcional de pelo menos 1.000 bicos de sprinklers com pelo menos 1 Válvula de Governo (não se admitindo nesse caso somatório de CAT menores, já que a complexidade de vários sistemas menores não equivale à complexidade unificada de um sistema maior, devido à maior necessidade de integrar harmoniosamente grande número de componentes em um sistema funcional único), executado em um galpão logístico, armazém industrial, depósito industrial ou edificação similar voltada para armazenamento e movimentação de mercadorias;

2.1.11.7.2.Composição mínima do quadro profissional a ser exigido:

1. 01 (um) Engenheiro Civil ou Arquiteto (responsável técnico).
2. 01 (um) Engenheiro Eletricista.

2.1.11.7.3.Considera-se como pertencente ao quadro permanente do licitante, na data prevista para entrega da proposta, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante, ou com declaração de compromisso de vinculação futura, caso o licitante se sagre vencedor do certame.

2.1.11.7.4.Os profissionais de que trata esse subitem poderão ser substituídos, nos termos do artigo 30, § 10, da Lei nº 8.666, de 1993, por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Administração.

2.2 – Natureza continuada ou não do serviço

Ao perceber a necessidade da prestação de um serviço, a Administração Pública dá início ao processo de licitação a fim de garantir a posterior contratação. No entanto, em alguns casos, esse serviço não deve ser prestado continuamente, será apenas para atender a uma demanda momentânea.

Sempre que a Administração Pública sabe, de antemão, que determinado serviço não deverá ser prestado novamente, no exercício financeiro seguinte, podemos entender que há uma demanda não-continuada. São serviços que não são voltados para o atendimento das necessidades públicas permanentes, cujo contrato se exaure com uma única prestação, pois eles não são cotidianamente requisitados para o andamento normal das atividades do ente federativo.

A doutrina define como execução continuada aquela cuja ausência paralisa ou retarda o serviço, de modo a comprometer a respectiva função estatal. Por se tratar de necessidade perene do Poder Público, uma vez paralisada ela tende a acarretar danos não só à Administração, como também à população. Sobre a continuidade da prestação de serviços por empresa de terceirização, o Tribunal de Contas da União já se manifestou no sentido de que somente se enquadram no conceito de serviços contínuos os contratos cujos objetos correspondam à necessidade permanente por parte do ente contratante e, principalmente, que se trate de uma obrigação de fazer. Apenas para esclarecer, a obrigação de fazer compreende uma obrigação positiva



Ministério da Fazenda
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil – 8ª Região Fiscal
Alfândega da Receita Federal do Brasil em São Paulo
Serviço de Programação e Logística

cuja prestação consiste no cumprimento de um serviço ou de algum outro ato positivo, como uma tarefa ou atribuição, a ser realizada pelo devedor ou por outra pessoa à sua custa, em favor do credor ou de terceira pessoa.

Nesse caso, a obrigação de fazer abrange o serviço humano em geral, material ou imaterial, a prestação de fatos que tenham utilidade ao credor, assim como a realização de obras e artefatos.

A contratação de um serviço de natureza continuada por parte do ente federativo impõe ao contratado o dever de realizar uma conduta que se renova, ou que se mantém, no decurso do tempo.

A continuidade de um serviço caracteriza-se, assim, por sua essencialidade e habitualidade para o contratante.

A essencialidade se justifica pelos danos e prejuízos que podem ser causados à Administração em caso de eventual paralisação da tarefa, assim como para assegurar a integridade do patrimônio público ou para manter o funcionamento de atividades finalísticas dos entes administrativos. Já a habitualidade se configura pela necessidade permanente do serviço.

Os serviços continuados, portanto, podem ser vários, desde que presentes os requisitos da essencialidade e da habitualidade. Por isso, não existe no nosso ordenamento jurídico um rol taxativo de quais atividades podem ou não ser contratadas continuamente.

Assim, a necessidade deve ser analisada dentro de cada contexto fático da contratação, a fim de verificar se determinada atividade preenche ou não os requisitos elencados.

No entanto, algumas atividades são facilmente reconhecidas como sendo de natureza continuada, como é o caso da limpeza e conservação, segurança e até mesmo o monitoramento de frota de veículos. São funções indispensáveis para o funcionamento de qualquer ente federativo, sem os quais haveria danos ou até mesmo atrasos na prestação de outros serviços públicos essenciais.

Nesse contexto, o serviço de Adequação do Sistema de Combate a Incêndio do DMA/Ipiranga trata-se de serviço de natureza não continuada, e sem dedicação de mão de obra exclusiva.

2.3 – Contratação de Cooperativas , Consórcios e MEI

Tendo em vista para a execução dos serviços a necessidade de uma equipe composta de supervisor e subordinados, isso inviabiliza a contratação de cooperativas, conforme a vedação contida no art. 10 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017.

Outrossim, a vedação à participação de interessadas que se apresentem constituídas sob a forma de consórcio se justifica na medida em que nas contratações de serviços comuns de engenharia , perfeitamente pertinente e compatível para empresas atuantes do ramo licitado, é bastante comum a participação de empresas de pequeno e médio porte, às quais, em sua maioria, apresentam o mínimo exigido no tocante à qualificação técnica e econômico-financeira, condições suficientes para a execução de contratos dessa natureza, o que não tornará restrito o universo de possíveis licitantes individuais. A ausência de consórcio não trará prejuízos à competitividade do certame, visto que, em regra, a formação de consórcios é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões de alta complexidade ou de relevante vulto, em que empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos de habilitação do edital, o que não é a característica da presente contratação. Além disso, afastar a participação de consórcios, para o caso concreto em análise, visa exatamente afastar a restrição à competição, na medida que a reunião de empresas que, individualmente, poderiam prestar os serviços, reduziria o número de licitantes e poderia, eventualmente, proporcionar a formação de conluíus/carteis para manipular os preços nas licitações.



Ministério da Fazenda
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil – 8ª Região Fiscal
Alfândega da Receita Federal do Brasil em São Paulo
Serviço de Programação e Logística

Por outro lado, também não se vislumbra como adequada a contratação de empresário individual (MEI) tanto pelo número reduzido de funcionários que pode contratar, quanto pelo seu faturamento anual permitido em comparação com o valor total do empreendimento ora contratado.

2.4 – Duração inicial da Contratação (20 meses).

A duração prevista dos serviços, conforme cronograma constante no Projeto Básico, é de cerca de 20 meses, pelo que se vislumbra um contrato com duração inicial de 24 meses.

O prazo do contrato administrativo é baseado no tempo necessário para cumprimento do objeto e respectivo pagamento pela Administração, o qual está adstrito, como regra, à vigência do crédito orçamentário, na forma do art. 57 da Lei nº 8.666/93. Já o prazo da garantia técnica deve ser estabelecido com base nas condições praticadas no setor privado, de acordo com a realidade de mercado.

Por isso, o prazo de vigência do contrato não deve ser estabelecido abarcando o período de garantia técnica, a qual também será exigida, mas sim atender unicamente ao prescrito no art. 57 da Lei de Licitações, caput ou incisos, conforme o caso.

No tocante ao reajuste contratual, verificou-se que o Índice Nacional de Custo da Construção – Disponibilidade Interna (INCC-DI) apresenta correlação com os serviços contratados, já que é um índice que leva em conta em sua composição Materiais, Equipamentos e Serviços, tendo inclusive o item “elevador” como um de seus componentes. A opção por “DI” se deve à fórmula de cálculo que compreende o período do início ao fim do mês.

2.5 - Critérios e práticas de sustentabilidade que devem ser veiculados como especificação técnica do objeto ou como obrigação da contratada.

Observar as orientações e normas voltadas para a sustentabilidade ambiental, prevendo, inclusive, as recomendações quanto a responsabilidade pelo recolhimento e descarte do material, conforme Lei nº. 12.305/2010 e Decreto nº. 7.404/2010. Seguir também as diretrizes especificadas no Projeto Básico a respeito de sustentabilidade.

A empresa deverá prover os seus empregados com os devidos Equipamentos de Proteção Individual - EPI; no que se fizerem necessários, para a execução de serviços.

A empresa deverá respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas, além daquelas relacionadas a resíduos sólidos.

2.6. - Modo de Disputa do Pregão

Quanto ao modo de disputa do pregão, se “aberto” ou “aberto e fechado”, saliente-se que a escolha do modo de disputa é discricionária. E o modo “aberto” se apresenta como o mais tradicional, de regras mais claras e de mais fácil compreensão por todos os participantes, tendo eliminado o “encerramento aleatório”, que era motivo de críticas de licitantes, por introduzir um componente de “sorte” para determinar o vencedor (o vencedor era quem desse a sorte de dar o último lance antes do encerramento aleatório).

Para o presente certame, há ainda mais 2 argumentos que não justificam modo “Aberto e Fechado”, criado teoricamente para dificultar conluio entre licitantes:

a) Conluio entre licitantes faz sentido quando há vários itens não agrupados, ou vários processos semelhantes feitos pelo mesmo órgão, quando um licitante combina ganhar uma parte e outro licitante ganha outra parte. Não é o caso do presente certame, onde um único licitante leva tudo.



Ministério da Fazenda
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil – 8ª Região Fiscal
Alfândega da Receita Federal do Brasil em São Paulo
Serviço de Programação e Logística

b) Se empresas realmente quiserem fazer conluio, não é um lance fechado que vai impedir isso, já que podem fazer isso antes ou durante o certame, e que basta um telefonema entre licitantes para selarem um acordo de preços.

O Modo ABERTO se mostra mais tradicional e transparente, levando a crer em um pregão concluído em menor prazo, dando menos margem a dúvidas e contestações.

3. LEVANTAMENTO DE MERCADO E JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR (Art. 7, III da IN 40/2020)

Trata-se de contratação indispensável para o bom andamento dos serviços do DMA/Ipiranga, no âmbito desta ALF/SPO. A contratação desse serviço objetiva manter a segurança de pessoas, instalações e materiais, fazendo com que sejam mantidas as boas condições de trabalho aos servidores, terceirizados e demais usuários da edificação, permitindo assim o cumprimento da missão institucional da RFB.

Sobre as soluções adotadas, conforme análise da empresa elaboradora do Projeto Básico, a única que demandou uma comparação entre aplicabilidade, custo e praticidade frente ao uso e operação do local foi o sistema de chuveiros automáticos, que poderiam não ser utilizados se fosse realizada a compartimentação da edificação em áreas menores, através de paredes e elementos corta fogo, de forma semelhante à existente em alguns pontos da edificação atualmente. Todos os demais sistemas (alarme, hidrantes, extintores, sinalização e extintores) são obrigatórios e não possuem “substitutos” para fins de aprovação junto ao corpo de Bombeiros, além de já existirem na edificação, sendo apenas mantidos como estavam com as adequações necessárias para atualizar o projeto.

Comparando chuveiros automáticos e compartimentação, respectivamente, temos:

Chuveiros automáticos	Compartimentação
Sistema ativo (que atua efetivamente contra o incêndio)	Sistema passivo (que apenas reduz / limita os danos e prejuízos)
Maior flexibilidade para operação, mudança de layout e facilidade de tráfego no interior do galpão	Restrição do espaço físico, “engessamento” de layout, redução das áreas de operação
Materiais e equipamentos certificados para uso contra incêndio	Materiais comuns de construção, muitas vezes sem garantias de eficiência
Execução considerando as instalações (estruturas, coberturas e racks) existentes sem necessidade de intervenção	Necessidade de intervenção na edificação para suportar a sobrecarga das paredes
Avaliação mais favorável junto às seguradoras, possivelmente reduzindo valores de seguro	Sistema indiferente ou pouco relevante para fins de seguro

Então, a solução adotada foi o uso de chuveiros automáticos.

Concluindo, a contratação dos serviços de Adequação também permite, além de mostrar o zelo da Alfândega pela segurança e disponibilidade de seus serviços, facilitar o combate a incêndio e reduzir os riscos dele decorrentes, e mitigar responsabilidade civil por negligência em caso de acidentes.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (Art. 7, IV da IN 40/2020)



Ministério da Fazenda
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil – 8ª Região Fiscal
Alfândega da Receita Federal do Brasil em São Paulo
Serviço de Programação e Logística

Estes estudos preliminares foram realizados inicialmente por uma equipe de servidores designados pelo Gabinete da ALF/SPO (portaria 1.551 de 21 de agosto de 2020) para planejar a melhor maneira de se obter melhoria no funcionamento do Sistema de Combate a Incêndio do DMA/Ipiranga da ALF/SPO, diminuindo-se as ocorrências de mau funcionamento/quebra, proporcionando a redução dos transtornos causados à rotina da repartição, efetiva redução de riscos aos usuários e visitantes, além de uma melhora na logística da repartição.

Antes de implementar essa mudança foi feito planejamento, inclusive com a participação da elaboradora do Projeto Básico e mapeamento de risco, em consonância com a IN40/2020, que resultaram em soluções mais eficientes e eficazes que pudessem reverter em maior segurança para pessoas, instalações e mercadorias do DMA Ipiranga.

O sistema como um todo envolve uma solução integrada, na qual foram analisados aspectos como:

- Características da edificação;
- Legislação aplicável;
- Acesso de viatura na edificação
- Segurança Estrutural contra incêndios
- Controle de Materiais de Acabamento e Revestimento
- Brigada de incêndio
- Iluminação de emergência
- Sistema de alarme de incêndio
- Sinalização de emergência
- Extintores de incêndio
- Sistema de Hidrantes
- Sistema de chuveiros automáticos
- Bombas de incêndio
- Bombas do sistema de hidrantes
- Bombas do sistema de chuveiros automáticos
- Reserva de água para combate a incêndio

Descrever as características e funcionalidades de todos esses elementos escapa à finalidade destes estudos preliminares, já que os mesmos se acham propriamente detalhados nos itens “Memorial Descritivo” e “Caderno de Encargos” do Projeto Básico.

Quanto à parte normativa, as referências são as seguintes (ou outras mais recentes que venham a complementá-las ou substituí-las):

- Decreto Estadual 63.911 de 10 de dezembro de 2018 e Instruções Técnicas do Corpo de Bombeiros;
- NBR 13792/1997 – Proteção contra incêndio por sistema de chuveiros automáticos para áreas de armazenamento em geral”;
- NBR 10897/2014 – Sistemas de proteção contra incêndio por chuveiros automáticos;
- Complementarmente, deverão ser observadas também a NBR 17240 e as Instruções Técnicas pertinentes do Corpo de Bombeiros.



Ministério da Fazenda
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil – 8ª Região Fiscal
Alfândega da Receita Federal do Brasil em São Paulo
Serviço de Programação e Logística

5. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES (Art. 7, V da IN 40/2020)

As estimativas de quantidades, tanto de materiais quanto de mão de obra, estão detalhadas no correspondente Projeto Básico.

6. ESTIMATIVAS DE PREÇOS OU PREÇOS REFERENCIAIS (Art. 7, VI da IN 40/2020)

A determinação do valor estimado, será feita por meio de planilhas de formação de preços, com base no correspondente Projeto Básico, as quais serão anexas aos autos.

Conforme Projeto Básico, a formação do preço de referência contemplou a avaliação do custo total do serviço tendo como base valores da tabela SINAPI e para determinados itens os preços praticados no mercado, utilizando-se, nesse caso, a média dos valores, conforme pesquisa em no mínimo três fornecedores. Sendo que os levantamentos de quantidades de materiais e serviços foram obtidos a partir do conteúdo dos elementos descritos nos itens no Projeto Básico elaborado, tais como Memorial Descritivo e Caderno de Encargos com Especificação Técnica. O valor do BDI considerado para compor o preço total está explicitado na planilha orçamentária.

7. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO QUANDO NECESSÁRIA PARA INDIVIDUALIZAÇÃO DO OBJETO; (Art. 7, VII da IN 40/2020) e REGIME DE EXECUÇÃO

O parcelamento da solução se mostra inviável, já que o sistema de combate a incêndio deve ter um comportamento integrado.

Em termos da adequação pretendida, sendo o Sistema de Combate a Incêndio do DMA/Ipiranga composto de elementos que requerem uma solução unificada, com peças, equipamentos e serviços integrados harmoniosamente, tudo aponta para uma solução unificada. Parcelar a solução levaria a dificuldades de responsabilização em caso de falhas, dificuldades em controlar garantias diversas, custos adicionais da Administração para gerenciar várias empresas.

Para obtermos o melhor, e com menor custo, em termos de resultado final, evitar conflitos operacionais e minimizar os impactos de compatibilizações no Sistema de Combate a Incêndio do DMA/Ipiranga a responsabilização única, sem parcelamento, se apresenta como a melhor solução por permitir agilidade na tomada de decisões mais seguras e funcionais.

A contratação, portanto, não será parcelada, estando a solução unificada justificada pelas razões já aqui expostas.

Conclui-se que o pregão deve ser feito considerando-se a contratação de 1 único item.



Ministério da Fazenda
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil – 8ª Região Fiscal
Alfândega da Receita Federal do Brasil em São Paulo
Serviço de Programação e Logística

O regime de execução por preço global se mostra o mais coerente a ser adotado por ser possível definir previamente no projeto, com boa margem de precisão, as quantidades dos serviços a serem posteriormente executados na fase contratual. Além do mais, a contratação da execução do serviço será por preço certo e total.

8. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES (Art. 7, VIII da IN 40/2020)

Não haverá contratações correlatas e/ou interdependente com o objeto da contratação em referência.

9. REFERÊNCIA A OUTROS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO DO ÓRGÃO OU ENTIDADE, SE HOUVER; (Art. 7, IX da IN 40/2020)

Atendendo as medidas de planejamento visando a solução dos problemas apresentados, tivemos os seguintes passos:

- Constituição de comissão de planejamento para contratação de Projeto Básico.
- Contratação de empresas para a confecção do Projeto Básico.
- Aprovação preliminar do Projeto Básico sob número 141601/3550308/2019 pelo corpo de bombeiros do estado de São Paulo.
- Entrega do Projeto Básico com todos os seus elementos constitutivos.

No tocante ao contrato da empresa elaboradora do Projeto Básico e suas atividades, tivemos os seguintes passos:

- Definição do escopo;
- Contratação;
- Visita técnica para levantamento das instalações e edificações existentes;
- Elaboração de projeto básico ;
- Aprovação do projeto básico junto ao Corpo de Bombeiros;
- Detalhamento do projeto básico aprovado, com descrição de materiais e métodos;
- Entrega final do projeto básico detalhado.

A pretendida contratação de Adequação do Sistema de Combate a Incêndio do DMA/Ipiranga já se encontrava em planejamento no Plano de Engenharia da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil desde 2020, conforme Portaria RFB 876/2020, iniciativa 2019110595, sendo que agora chegou-se a um patamar técnico adequado para viabilizar um processo licitatório de instalação do sistema.

10. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS EM TERMOS DE ECONOMICIDADE E DE MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS OU FINANCEIROS DISPONÍVEIS; (Art. 7, X da IN 40/2020)

O DMA/Ipiranga é uma instalação onde são abrigadas mercadorias fruto de apreensões, destinadas a leilão ou a destruição. Toda mercadoria que lá depositada é fruto do cumprimento da função institucional da Receita Federal.



Ministério da Fazenda
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil – 8ª Região Fiscal
Alfândega da Receita Federal do Brasil em São Paulo
Serviço de Programação e Logística

Conforme já demonstrado em item anterior do presente documento (em CARACTERÍSTICAS DO DMA/IPIRANGA – ASPECTOS OPERACIONAIS E FINANCEIROS), a boa conservação do DMA/Ipiranga contribui de forma positiva com a instituição, não só em aspectos institucionais e operacionais, mas também financeiros. Já eventuais danos ao DMA provocados por um eventual incêndio vão na direção oposta ao pretendido, em termos de economicidade e bom aproveitamento de recursos.

Além disso, em item anterior desse documento (ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR) já ficou demonstrado que a solução adotada, além de melhor tecnicamente, ainda aponta para uma redução em termos de valor a pagar de seguros.

O Projeto Básico, que direcionara os trabalhos a serem executados, foi contratado com o resultado final objetivando, através da mais adequada solução técnica, manter a infraestrutura predial, a disponibilidade dos serviços, manter a segurança das pessoas, fazendo com que sejam preservadas as boas condições de trabalho aos servidores, terceirizados e demais usuários do edifício, permitindo assim o cumprimento da missão institucional da RFB.

Por esses motivos, espera-se conseguir com a licitação a contratação de serviço de instalação com qualidade superior, adequando-se o Sistema de Combate a Incêndio do DMA/Ipiranga à normatização atual e aumentando-se a segurança das pessoas, instalações e mercadorias no âmbito da Alfândega da Receita Federal do Brasil em São Paulo.

11. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO QUANTO À ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE DO ÓRGÃO E CAPACITAÇÃO: (Art. 7, §1º, XI da IN 40/2020):

Está previsto o Projeto Básico, tanto em termos de Descrição como de Cronograma, o treinamento da equipe de combate a incêndio, adequada às novas instalações, nos moldes do determinado pela Secretaria de Segurança Pública – Polícia Militar do Estado de São Paulo - Corpo de Bombeiros - INSTRUÇÃO TÉCNICA Nº. 17/2019 (IT 17/2019)- Brigada de incêndio.

As adequações que se fizerem necessárias no Sistema de Combate a Incêndio do DMA/Ipiranga dos edifícios serão realizadas conforme descrito no Projeto Básico.

12. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS DE TRATAMENTO (Art. 7, §1º, XII da IN 40/2020):

No Projeto Básico consta item específico com todo o procedimento a ser adotado ao longo das atividades executórias quanto à limpeza, conservação e descarte de resíduos obedecendo inclusive à NBR16.280 e à resolução 307/2002 CONAMA.

13. DECLARAÇÃO DA VIABILIDADE OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (Art. 7, §1º, XIII da IN 40/2020)

A contratação prevista, uma vez autorizada, deverá possuir adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.



Ministério da Fazenda
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil – 8ª Região Fiscal
Alfândega da Receita Federal do Brasil em São Paulo
Serviço de Programação e Logística

Equipe de Planejamento da Contratação de Adequação do Sistema de Combate a Incêndio do DMA/Ipiranga
(assinado e datado digitalmente)

Diante do exposto, concluo pela viabilidade da contratação e proponho o encaminhamento do presente Estudo Preliminar ao Sr. Delegado da Alfândega da Receita Federal do Brasil em São Paulo para aprovação.

Thais Massue Takeuchi
Chefe Substituta do Serviço de Programação e Logística – ALF/SPO
(Datado e assinado digitalmente)

De acordo.

Concluo pela necessidade da contratação de empresa especializada para a prestação da Execução de Serviço de Adequação do Sistema de Combate a Incêndio do DMA/Ipiranga, com elaboração de projeto executivo (artigo 7º, parágrafo 1º, da Lei nº 8.666/93), nos moldes do Projeto Básico correspondente.

Aprovo o presente estudo, nos termos da IN nº 40/2020 e do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela portaria nº 284/2020.

Delegado – ALF/SPO
(Datado e assinado digitalmente)